

A CEGUEIRA SOBRE A SEXUALIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: REVISÃO NARRATIVA¹

<https://doi.org/10.48195/sepe2023.27413>

Rejane Cassol²; Gina de Souza Castro Hammel³; Kelvin Leandro Marques Monçalves⁴; Graciele Pontes⁵; Larissa Fernandes⁶; Luciane Smeha⁷

RESUMO

Introdução: A evolução dos direitos humanos ao longo dos séculos resultou em acordos internacionais que afirmam a dignidade de todos os indivíduos. No entanto, a igualdade de acesso a esses direitos ainda é um desafio, especialmente para pessoas com deficiência. Garantir uma vida digna envolve eliminar barreiras e criar um ambiente social acessível.

Objetivo: é identificar na literatura quais as dificuldades e percepções das pessoas com deficiência visual a respeito da sexualidade. **Metodologia:** Realizou-se busca nas seguintes bases de dados: Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na Base de Dados de Enfermagem (BDENF), com os seguintes descritores: saúde, sexualidade e cegueira, obtendo um total de 6 artigos para o corpus de análise.

Resultados: Em diferentes partes do mundo, a educação sexual para pessoas com deficiência, incluindo os cegos, é um desafio devido à falta de informações e estigmatização. No entanto, estudos apontam a importância de se abordar essa questão de maneira sensível e inclusiva, reconhecendo o direito à sexualidade de todas as pessoas, independente das suas deficiências. **Conclusão:** Para que a sociedade se torne inclusiva, se faz necessário o respeito, o bem-estar e a dignidade das pessoas com deficiência visual. Abordar questões de sentimentos, relacionamentos e sexualidade é desafiador devido às barreiras sociais e ao estigma relacionado à cegueira. É fundamental reconhecer o direito da pessoa cega à expressão de sua sexualidade, superar a discriminação e promover igualdade e autonomia.

Palavras-chave: Cegueira; Deficiência Visual; Saúde; Sexualidade.

ABSTRACT

Introduction: The evolution of human rights over the centuries has resulted in international agreements that affirm the dignity of all individuals. However, equal access

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.

to these rights remains a challenge, especially for people with disabilities. Ensuring a dignified life involves eliminating barriers and creating an accessible social environment. Aim: To identify in the literature the difficulties and perceptions of people with visual impairments in relation to sexuality. Methodology: A search was carried out in the following databases: Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS) and Nursing Database (BDENF), using the descriptors: health, sexuality and blindness, obtaining a total of 6 articles for analysis. Results: In different parts of the world, sex education for people with disabilities, including the blind, is a challenge due to lack of information and stigma. However, the studies emphasize the importance of approaching this issue in a sensitive and inclusive way, recognizing the right to sexuality for all individuals, regardless of their disabilities. Conclusion: For society to become inclusive, it is essential to respect the well-being and dignity of people with visual impairments. Addressing issues of feelings, relationships and sexuality is a challenge due to social barriers and the stigma associated with blindness. It is essential to recognize the right of blind individuals to express their sexuality, overcome discrimination and promote equality and autonomy.

Keywords: Blindness; visual impairment; health; sexuality.

INTRODUÇÃO

A evolução da concepção de direitos humanos ao longo dos séculos resultou na elaboração de acordos e tratados internacionais que afirmam a dignidade intrínseca de todos os indivíduos. No entanto, a plena igualdade de acesso e garantia desse direito ainda não é uma realidade para todas as comunidades, especialmente aquelas em situações mais precárias, como as pessoas com deficiência (Brito, 2022).

Este cenário torna-se ainda mais crítico quando se trata do sentenciado pessoa com deficiência, cujas necessidades podem ser amplificadas devido à sua condição. A partir daí, entende-se que, assegurar a vida digna não se resume mais a oferecer bens e serviços médicos, mas exige também a eliminação de barreiras e a garantia de um ambiente social acessível aos corpos com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais (Jesus, 2023).

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.

Em 2020, as principais razões de cegueira a nível mundial entre os indivíduos com 50 anos de idade ou mais foram a catarata, o glaucoma, problemas refrativos não-corrigidos, a degeneração macular ligada à idade e a retinopatia diabética. A cegueira resultante da catarata e a não correção de erros refrativos constituem 50% do total de cegueira global, sendo ambas situações que poderiam ser prevenidas (Rocha; Castro, 2023).

A deficiência visual pode influenciar a qualidade de vida de diversas formas. Conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a qualidade de vida é compreendida como “a maneira como as pessoas percebem sua situação na vida, considerando o contexto cultural e os sistemas de valores que as cercam, bem como a relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL, 1995).

A construção cultural e histórica dos contextos de sexualidade e deficiência está enraizada em componentes culturais e históricos e, já atravessou períodos de marginalização. Atualmente, embora essas questões sejam debatidas de maneira mais aberta, a associação entre elas ainda gera desconforto (Omote, 2006).

Isso ocorre, em primeiro lugar, a restringir a sexualidade apenas ao ato sexual. Em segundo lugar, quando se trata de pessoas com deficiência, surgem discussões sobre possíveis dificuldades sexuais que esse indivíduo possa enfrentar, tanto na natureza orgânica quanto psicossocial (Giamì, 2004).

As dificuldades sexuais de natureza orgânica estão relacionadas ao impacto do comprometimento decorrente da deficiência na resposta sexual, abrangendo aspectos como desejo, excitação e orgasmo. As dificuldades de natureza psicossocial dizem a respeito à influência dos padrões normativos socialmente impostos na configuração da resposta sexual. No âmbito da sexualidade, esses padrões normativos estão relacionados

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.

a questões morais que orientam o comportamento sexual, a estética, a estrutura familiar e os sentimentos considerados normalmente aceitos (Maia, 2011).

O objetivo principal desse estudo é identificar na literatura quais as dificuldades e percepções das pessoas com deficiência visual a respeito da sexualidade.

METODOLOGIA

O estudo consiste em uma revisão narrativa literatura, com abordagem qualitativa. A Revisão Narrativa é uma forma não sistematizada de revisar a literatura. É importante para buscar atualizações a respeito de um determinado assunto dando ao revisor suporte teórico em curto período (Botelho *et al*, 2011).

Para alcançar o objetivo desta pesquisa foram feitas buscas nas bases de dados: Medline, LILACS e BDNF, com descritores específicos, sendo eles: saúde, sexualidade e cegueira. Após leitura e análise das produções incluiu-se, com base em critérios específicos de seleção, seis artigos os quais compuseram o corpus do estudo. Foram selecionados os artigos relacionados à temática, online, completos, gratuitos e que foram publicados a partir de 2013.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na Índia, Goyal (2017) trouxe os resultados de workshops sobre sexualidade e deficiência, realizados no país no período de maio de 2015 até maio de 2017, onde foram conduzidas 31 oficinas com 779 pessoas com deficiência. Os principais temas abordados nos workshops foram: informações sobre o corpo, incluindo órgãos reprodutivos e gravidez, bem como sobre sexo, contracepção e infecções sexualmente transmissíveis (IST); Quebra de mitos sobre sexualidade e deficiência; Relacionamentos, escolha e

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.

consentimento; Compreender o gênero e os papéis de gênero e Abuso e violência.

Karimu (2017) aborda o tema “sexualidade” em escolas para cegos em Gana, ou melhor, como era evitado este tema nas escolas. Com conhecimento limitado ou nulo sobre questões de sexualidade, várias alunas com deficiência visual, incluindo algumas de suas amigas mais próximas, abandonaram a escola devido a gestações indesejadas. Apesar de sido ofertada a oportunidade de aprender sobre questões de sexualidade, certas práticas e atitudes discutidas (com punições severas como surras intensas ou limpeza de banheiros por semanas consecutivas) dificultaram tal aprendizagem.

O que ocorre em Gana e na maioria do mundo, principalmente em países em desenvolvimento, é a não adesão à educação sexual, seja ela para pessoas deficientes ou não. A educação sexual representa um processo abrangente e não sistemático, presente em todas as esferas sociais. Dentro desse contexto geral, existe outra modalidade de educação sexual que se destina à orientação e informação em relação à sexualidade, com foco especial nas questões de saúde sexual e prevenção (Maia, 2011). Esta forma de educação é denominada “educação sexual planejada e programada” e é geralmente implementada nas escolas. Entretanto, muitos profissionais não estão devidamente preparados para abordar essa educação sexual nas escolas, o que torna ainda tudo mais desafiador quando lidam com estudantes que possuem alguma forma de deficiência (Maia, 2012).

Em estudo exploratório-descritivo, de natureza qualitativa abordou pessoas com cegueira congênita frequentadoras do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual da Fundação Jonathas Telles de Carvalho e da Associação Feirense de Deficiente Visual na cidade de Feira de Santana. Os dados foram coletados por entrevista individual semiestruturada a partir das seguintes questões norteadoras: “*Como você percebe o seu*

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.

direito à expressão da sexualidade”? “Você acha que esse direito é respeitado”?

A educação sexual foi também apontada como um meio de adquirir conhecimentos específicos, possibilitando, assim, a quebra de preconceitos em relação à sexualidade dessas pessoas.

Compreende-se que fornecer exclusivamente condições objetivas para as pessoas cegas não será suficiente para assegurar sua qualidade de vida, uma vez que não faz sentido abordar essa questão se, ao mesmo tempo, desconsidera-se a manifestação de sua sexualidade e afetividade. Portanto, é imperativo adquirir conhecimento sobre a sexualidade das pessoas cegas, especialmente aquelas com cegueira congênita, a fim de garantir que possam expressá-la de maneira independente, respeitando os princípios fundamentais da bioética, como justiça, não maleficência e beneficência (França, 2013).

As pessoas com deficiência visual, como qualquer indivíduo, necessitam encontrar espaço para realizar o desejo de amar e serem amadas, demonstrando capacidade de expressar sua sexualidade no meio social e alcançar suas aspirações, reprodutivas e de casamento, que constituem algo importante para a integração social (França, 2013).

Para França (2013), para as pessoas existem duas categorias: “a pessoa cega vista como assexuada” e “a falta e conhecimento como geradora de curiosidade e indiferença”. As entrevistas demonstraram que para a sociedade as pessoas cegas são vistas como assexuadas, que não possuem desejos sexuais e são incapazes de gerenciar suas próprias vidas. Que a falta de conhecimento sobre a cegueira leva a sociedade a ver as pessoas cegas com curiosidade, indiscrição, desconfiança ou simplesmente invisibilidade.

Estudos robustos conduzidos em vários lugares do mundo destacam a violação dos direitos sexuais e reprodutivos de indivíduos com deficiência. Existem evidências

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.

sugerindo que as barreiras, sejam elas de natureza arquitetônica ou, sobretudo, de ordem atitudinal (mitos, tabus e preconceitos), desempenham um papel significativo na perpetuação desse fenômeno (Gesser, 2010).

Sublinham que tais equívocos, denominados como narrativas culturais, permeiam todas as estruturas sociais e originam procedimentos de exclusão das pessoas com deficiência em âmbitos comunitários, escolares, bem como no ingresso no mercado de trabalho e participação em atividades de entretenimento. Ademais, inúmeras pesquisas evidenciam que, devido à incorporação dessas concepções errôneas por parte dos profissionais atuantes no domínio da saúde sexual e reprodutiva, há uma restrição ao acesso a informações sobre sexualidade (Gesser; Nuernberg, 2014).

Maciel (2000), afirma que movimentos nacionais e internacionais têm buscado um consenso para formatar uma política de inclusão de pessoas portadoras de deficiência na escola regular. Passos fundamentais devem ser dados para mudar o quadro de marginalização dessas pessoas como: alteração da visão social; inclusão escolar; acatamento à legislação vigente; maiores verbas para programas sociais; uso da mídia, da cibercultura e de novas tecnologias.

No âmbito da experiência humana, elementos que desempenham um papel significativo abrangem as dimensões de gênero e sexualidade. Essas dimensões permeiam o contexto educacional, uma vez que a escola se configura como um espaço de interação social que abraça a diversidade das identidades individuais, as quais, as inúmeras circunstâncias, divergem de modelos pré-definidos. Consequentemente, estudantes que não se encaixam dentro dos padrões estabelecidos pela heteronormatividade frequentemente se deparam com diversas formas de violência (Costa; Moreira, 2022).

Moura e Pedro (2006), trazem a reflexão de que os sujeitos carecem de

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.

informações a respeito de diversas questões que envolvem a sexualidade como conhecimentos morfofisiológicos, psicoativos, cuidados preventivos. Os profissionais da saúde, principalmente enfermeiros, necessitam de preparo para abordar essas questões e contribuir para o desenvolvimento da sexualidade saudável desses indivíduos.

Indivíduos com deficiência visual experimentam um processo de desenvolvimento afetivo sexual similar ao da pessoa sem deficiência. Eles têm o desejo de compreender seus próprios corpos e seus funcionamentos, o que os leva a explorar relacionamentos casuais e namoros antes do casamento, da mesma forma do que qualquer outra pessoa. Entretanto, essa busca por conhecimento por parte das pessoas com cegueira nem sempre é recebida com aprovação por parte dos outros, revelando a persistência de uma mentalidade conservadora mantida pela sociedade (Bezerra; Pagliuca, 2010).

Dada a configuração social predominante, questões envolvendo a sexualidade são frequentemente considerados temas tabus na sociedade, tornando-se um tópico de difícil abordagem para a maioria das pessoas. Essa complexidade é ainda mais acentuada quando se trata de indivíduos com deficiência, incluindo os cegos. Portanto, explorar as perspectivas das pessoas com deficiência visual em relação à sua sexualidade oferece uma oportunidade para avaliar a necessidade de informações e conhecimentos sobre os diversos aspectos da sexualidade (Cozac; Pereira; Castro, 2016).

França (2014) aborda os sentimentos de insatisfação, desrespeito da sociedade ao direito à sexualidade; consciência e necessidade de buscar seus direitos; políticas públicas escassas e não acessíveis às pessoas com cegueira e necessidade de educação sexual adequada às suas condições.

Atualmente, os profissionais da saúde expressam uma crescente preocupação à sexualidade e implicações, tais como a disseminação de patologias e concepções não

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.

planejadas. Além de suas responsabilidades técnicas, é incumbência desses profissionais a criação de estratégias que promovam a educação em saúde apropriada para a população, com uma atenção específica e voltada para um grupo particular: os deficientes visuais. Constatou-se que a ausência de visão não interfere no desenvolvimento e no interesse sexual, apenas modifica a abordagem curiosa sobre o tema, uma vez que, aproximadamente 80% das interações com o entorno são mediadas por esse sentido. Assim, a deficiência visual é compensada pelo aprimoramento das sensações táteis e auditivas (Cezario; Mariano; Pagliuca, 2008).

Assim como os demais membros da sociedade, indivíduos que vivenciam alguma deficiência manifesta interesse em adquirir conhecimentos sobre seu próprio corpo e sua saúde sexual e reprodutiva. No entanto, conforme a sabedoria convencional, as pessoas cegas frequentemente experimentam um maior grau de incerteza nesse contexto, devido às limitações que enfrentam em comparação aos que enxergam. Com base em investigações prévias, constata-se que, os deficientes visuais encontram obstáculos no acesso às informações pertinentes à saúde, especialmente em relação à anatomia e fisiologia sexual e reprodutiva, bem como às questões relacionadas a métodos contraceptivos, requerendo assim, uma abordagem adaptada (Oliveira *et al.*, 2013).

CONCLUSÃO

Conclui-se destacando a necessidade de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, com enfoque no bem-estar e dignidade a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiências, como a cegueira. Discute-se a dificuldade que as pessoas cegas enfrentam ao lidar com sentimentos, relacionamentos e sexualidade devido às barreiras sociais e ao estigma associado a elas.

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.

Enfatiza ainda que as pessoas com deficiência visual têm o direito de experimentar o desejo sexual e prazer, apesar das limitações sensoriais, e destaca-se a importância de romper com a discriminação e o preconceito históricos que afetam esses indivíduos, promovendo respeito, autonomia e igualdade de direitos.

É fundamental que a sociedade reconheça as diferenças e atenda às necessidades variadas dos grupos minoritários, como as pessoas cegas, a fim de minimizar a exclusão social a que estão sujeitas.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Camila Pontes; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. A vivência da sexualidade por adolescentes portadoras de deficiência visual. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v.44, n.3, p.578-583, 2010.

BRITO, Fabrício Silva. **Direitos das pessoas com deficiência física privadas de liberdade: acessibilidade arquitetônica e inclusão no sistema penitenciário**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2022, 349 f. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/5300>. Acesso em: 10/10/2023.

CEZÁRIO, Kariane Gomes; MARIANO, Monaliza Ribeiro; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. Comparando o comportamento sexual de cegos e cegas diante das DSTs. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v.10, n.3, e61523, 2010.

COSTA, Jéssica Gomes das Mercês; MOREIRA, Patrícia Machado. Questões de gêneros e sexualidade para todas/todos: discussão e inclusão. **Revista Artes de Educar**, v.8, n.1, p.244-262, 2022.

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.

COZAC, Mariana Crisci; PEREIRA, Andre Ruzzi; CASTRO, Shamyrl Sullivan. Concepção de sexualidade entre pessoas com deficiência visual. **Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia**, v.6, n.2, 2016.

FRANÇA, Dalva Nazaré Ornelas. Direitos sexuais, políticas públicas e educação sexual no discurso de pessoas com cegueira. **Revista de Bioética**, v.22, n.1, p.126-133, 2014.

FRANÇA, Dalva Nazaré Ornelas. Sexualidade da pessoa cega: uma revisão sistemática da literatura. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v.12, n.1, p.101-105, 2013.

FRANÇA, Dalva Nazaré Ornelas. Sexualidade da pessoa com cegueira: da percepção à expressão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.19, n.4, p.583-596, 2013.

GESSER, Marivete. 2010. **Gênero, corpo e sexualidade: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência física**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. Psicologia, Sexualidade e Deficiência: novas perspectivas em Direitos Humanos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v.34, n.4, p.850-863, 2014.

GIAMI, Alain. 2004. **O anjo e a fera: Sexualidade, deficiência mental, instituição**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. 2004.

GOYAL, Nighi. Denial of sexual rights: insights from lives of women with visual impairment in Índia. **Reproductive Health Matters**, v.25, n.50, p.138-146, 2017.

JESUS, Everaldo Antônio. O processo educativo no cárcere como tributo para a remissão da pena. **Revista OWL (OWL JOURNAL) – Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, v.1, n.2, p.388-396, 2023.

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.

KARIMU, Alimata Abdul. Exploring the sexual and reproductive health issues of visually impaired women in Ghana. **Reproductive Health Matters**, v.25, n.50, p.128-133, 2017.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Educação sexual e sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência visual. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.6, n.3, p.90-101, 2012.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. 2011. **Inclusão e sexualidade: Na voz de pessoas com deficiência física**. Curitiba, PR: Juruá.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.2, 2000.

MOURA, Giovana Raquel; PEDRO, Eva Néri Rubim. Adolescentes portadores de deficiência visual: percepções sobre sexualidade. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.14, n.2, p.220-226, 2006.

OLIVEIRA, Mariana Gonçalves *et al.* Ensino de educação em saúde para cegas sobre métodos contraceptivos naturais. **Revista de Enfermagem UFPE ONLINE**, v.7, n.7, p.4732-4739, 2013.

OMOTE, Sadão. 2006. Orelha do livro. In A. C. B. Maia (2006), **Sexualidade e Deficiências**, São Paulo, SP: Editora UNESP. 2006.

ROCHA, Sônia Regina Gomes; CASTRO, Rodolfo. Avaliação da qualidade de vida relacionada à saúde em um programa de reabilitação para pessoas com deficiência visual. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v.62, e0013, 2023.

THE WORLD HEALTH ORGANIZATION QUALITY OF LIFE ASSESSMENT: position paper from the World Health Organization. **Social Science & Medicine**, v.41, n.10, p.1403-1409, 1995.

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.

BOTELHO, L.L.R.; CUNHA, C.C.A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, v.5, n.11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10515/o-metodo-da-revisao-integrativa-nos-estudos-organizacionais>

¹ Trabalho apresentado ao XXVII Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Franciscana;

² Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – rejanecassol@ufn.edu.br;

³ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – gina.castro@ufn.edu.br;

⁴ Mestrando em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – kelvin.marques@ufn.edu.br;

⁵ Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria – graciele.pontes@ebserh.gov.br;

⁶ Mestranda em Saúde Materno-Infantil da Universidade Franciscana – Larissafernandes@ufn.edu.br;

⁷ Doutora em Enfermagem, Professora do Mestrado em Saúde Materno Infantil da Universidade Franciscana – lucianes@ufn.edu.br.